



ARTIGOS

RESUMO

A pesquisa teve como foco um tipo especial de espaço livre público conhecido como “parque linear”. Os parques lineares são equipamentos que abrigam a biodiversidade local, buscando conciliar a problemática ambiental aos usos antrópicos, utilizando-se de um paisagismo baseado em preceitos ecológicos. A orla do Lago Paranoá apresenta divergências de expectativas de uso, entre a população que habita as margens do lago e que acredita ter o direito de privatizá-la versus o restante da população brasileira, que deseja utilizar o local com uma grande área de lazer. O objetivo geral foi a investigação dos conflitos que impedem a liberação das margens do Lago Paranoá, propondo alternativas capazes de diminuir a situação de degradação na orla. Esses conflitos se refletem na legislação ambiental, que prediz uma faixa de preservação permanente ao longo da orla (as APPs), e na legislação urbanística, que reconhece a área como terra pública e de uso comum a todos.

UM PARQUE LINEAR PARA O LAGO PARANOÁ: REALIDADE OU UTOPIA?

José Marcelo Martins Medeiros | Doutor em Arquitetura e Urbanismo

O processo de desocupação das margens do Lago Paranoá, portanto, envolve questões ambientais, sociais, assim como de respeito à concepção de Brasília como cidade projetada.

Palavras-chave

Sistema de Espaços Livres, Parques Lineares, Orla do Lago Paranoá.

INTRODUÇÃO

Atualmente as “urbes” brasileiras precisam como nunca de novas intervenções paisagísticas, dado o aumento da população, a falta de espaços de lazer, o aumento das taxas de consumo do solo, as constantes crises no abastecimento hídrico e a degradação de rios urbanos. É na inovação que se destacam as novas ações, com a consolidação da recuperação das margens de rios, da utilização de novas tecnologias “verdes”, da preocupação ambiental e a requalificação de partes significativas das áreas centrais. Conforme Macedo (2012):

A escassez de espaços alternativos para lazer nas cidades brasileiras se torna uma realidade, na medida em que são ocupados os fundos de vale por vias, os campos de várzeas por loteamentos, os riachos e rios se tornam poluídos por esgoto e lixo, e as

lagoas urbanas correm risco de desaparecer (MACEDO, 2012, p.145).

Brasília, uma cidade projetada, não foge dos problemas descritos anteriormente, à medida que nos deparamos recentemente com registros de inundações em vários pontos da cidade e com a constatação de assoreamento do Lago, que a cada ano vem perdendo parte de seu espelho d'água. Além disso, novas formas de uso vêm sendo propostas para as águas do lago, como a captação para o consumo humano, o que aumentaria o quadro de conflitos.

Através de um estudo de campo ao longo das margens do Lago Paranoá, esta pesquisa, fruto de uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília em 2016, procurou diagnosticar a degradação da paisagem nas Áreas de Preservação Permanente deste lago, podendo servir de auxílio para a implantação de novos cenários paisagísticos.

Como forma de mitigar muitos problemas, na última década, um grande número de pesquisas científicas relacionadas ao tema específico dos parques lineares começaram a ser desenvolvidas, acreditando-se que eles possam servir como um novo mecanismo de união entre a conservação de elementos naturais e as expectativas humanas de entretenimento. Nesse caso, parte-se da hipótese de que esses espaços livres poderiam servir como

um instrumento criativo e viável para uma possível melhoria de conflitos entre o uso humano e o meio ambiente no contexto urbano.

OS PARQUES LINEARES NA ATUALIDADE

Os parques lineares estão se tornando ferramentas importantes para o planejamento de espaços livres urbanos e criação de políticas públicas voltadas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população. Eles podem estar conectados a córregos, rios e lagos, podendo providenciar a restauração de terrenos alagados, a prevenção de enchentes em áreas densamente construídas, condução e condicionamento das águas pluviais e também como uma rede de caminhos vegetados para as pessoas e para a fauna nativa.

Em termos teóricos, há uma clara tendência à utilização da Ecologia da Paisagem em projetos de parques lineares. Do ponto de vista histórico, há clara proximidade de criação de caminhos ao longo de rios, propostas já utilizadas empiricamente por Frederick Law Olmsted. Como referencial para se entender as principais diretrizes para o planejamento de parques lineares, tomaremos como referência os estudos da Ecologia da Paisagem, dentre os quais, principalmente conceitos o conceito de “corredor” (Forman e Godron, 1986; Forman, 1995) e dos “corredores verdes” (Smith e Hellmund, 1993; Ahern, 1995; Tan, 2006).

Várias metodologias têm sido desenvolvidas para conceber corredores verdes eficientes. Sensoriamento remoto, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e quantificação da fauna, flora, ambiente físico e perturbação antrópica são amplamente utilizados em análises baseadas em realizações de mapas temáticos. As pesquisas envolvendo a análise ambiental de uma área de estudo, em que são identificados vários condicionantes e realizados uma sobreposição de informações, ficaram conhecidos como “Abordagem da Adequação da Paisagem” (Landscape Suitability Approach) e têm forte tradição com planejamento ambiental.

Os avanços nos estudos da ecologia da paisagem aprofundaram o conhecimento a respeito das relações de equilíbrio dinâmico em ecossistemas fluviais. Forman e Godron (1986) criaram um princípio baseado em conceitos espaciais para a criação de paisagens sustentáveis, em que diferentes usos do solo podem ser criados, porém devem-se manter corredores e pequenas manchas de natureza por meio das áreas a serem desenvolvidas. Entre esses padrões indispensáveis estão:

1) Manutenção de grandes manchas de vegetação original;

2) Corredores suficientemente largos de vegetação ao longo dos principais cursos d'água;

3) Manutenção do contato entre as grandes manchas para o fluxo de espécies-chave;

4) Manutenção de fragmentos naturais heterogêneos no meio das áreas construídas. A manutenção de corredores ao longo dos principais cursos d'água constitui rotas de dispersão de espécies e protege o solo dos processos erosivos (FORMAN e GODRON, 1986 apud NDUBISI, 2002 p. 184).

20

Um dos primeiros estudiosos a conceituar os corredores verdes foi Ahern (1995), na metade da década de 1990. Ele faz uma contribuição importante, na medida em que suas definições se adequam ao planejamento de parques lineares urbanos. A característica principal desses espaços, segundo Ahern, é a sua linearidade e que a rede formada pelos seus caminhos deve criar vínculos e conexões espaciais em várias escalas. Também são espaços predominantemente multifuncionais e que os objetivos devem levar em conta as questões ambientais e econômicas.

Morfologicamente, portanto, os parques lineares caracterizam-se pela pequena dimensão no sentido da largura em relação ao seu comprimento. Segundo Macedo (2012), a finalidade de um parque linear

está sempre centrada no aproveitamento formal e conservação de um corpo d'água ou de remanescentes de matas nativas, sendo que esses elementos sempre balizam morfologicamente o logradouro. Sua configuração espacial estende-se pelo equivalente a muitas quadras e corta áreas significativas do tecido urbano. Ainda segundo esse autor, eles tornaram-se comuns recentemente no Brasil, levando ao surgimento de inúmeros espaços livres públicos, ou ao menos à criação de estoques de terras para a criação de futuros parques. Conforme Macedo (2012):

Os parques lineares, típicos dos anos 2000, caracterizam-se pelo apelo conservacionista dos seus princípios geradores, que condicionam a sua existência, a princípio, à proteção de corpos d'água, em especial pequenos rios e riachos (MACEDO, 2012, 164).

Analisando parques lineares recentemente projetados ao redor do mundo, Tan (2006) relata que em muitas cidades esses espaços inicialmente planejados para recreação, interação social, preservação cultural e histórica têm se adaptado para acomodar usos adicionais como proteção dos habitats, proteção a inundações e regulação do clima, figuras 4 e 5.



Portanto, o parque linear vem obtendo visibilidade recentemente, porém não existe ainda uma classificação exclusiva que abarque todas as suas complexidades funcionais. No intuito de classificar este tipo de espaço livre, foi realizado uma classificação mais abrangente, intitulada “Nova proposta para a Classificação de Parques Lineares”, como pode ser visto no Quadro 1.

A investigação realizada sobre as diferentes categorias de sistema de espaços livres ajuda a compreender o estado da arte atual, na medida em que existe uma grande complexidade de projetos de parques lineares sendo atualmente realizados em diversos países do mundo.

QUADRO 1 – NOVA PROPOSTA PARA A CLASSIFICAÇÃO DE PARQUES LINEARES (MEDEIROS, 2016, P.101)

TIPOS	
PARQUES LINEARES	01) Renaturalização de cursos d’água canalizados ou enterrados por infraestruturas urbanas (ruas, autoestradas, viadutos); 02) Recuperação da vegetação nativa degradada ao longo de corpos d’água degradados; 03) Recuperação do solo das margens ao longo de corpos d’água degradados; 04) Recuperação de zonas portuárias; 05) Renovação urbana de áreas centrais; 06) Conexão de biomas ou manchas de vegetação fragmentados; 07) Evitar enchentes, facilitar o escoamento das águas pluviais; 08) Criação de Trilhas recreativas; 09) Criação de Rotas cênicas; 10) Criação de Rotas históricas; 11) Criação de uma rede de parques lineares de abrangência regional; 12) Promoção do Lazer em orlas Marítimas; 13) Promoção do Lazer em orlas Fluviais; 14) Promoção do Lazer em orlas lacustres (reservatórios naturais); 15) Promoção do Lazer em orlas lacustres (reservatórios artificiais); 16) Requalificação de antigas linhas de trens; 17) Requalificação do entorno ao longo de estradas e autoestradas; 18) Multifuncionais (englobam várias das funções mencionadas).

O LAGO PARANOÁ E SUA PAISAGEM BUCÓLICA

Fonseca (2001) relata que como um dos condicionantes do projeto urbanístico, o Lago Paranoá passou a ser considerado como o maior patrimônio ambiental da escala bucólica da cidade. Entre as capitais nacionais com represas urbanas e grande quantidade de espaços abertos equipados, destaca-se Brasília, que tem em seu lago uma referência muito marcante na paisagem. No entanto, conforme Cidade (2010), a organização espacial das grandes cidades brasileiras tende a refletir-se em segregação e em uma distribuição desigual de equipamentos urbanos e de acesso a amenidades.

As importantes funções ambientais desempenhadas pelas margens dos cursos d'água justificam o seu enquadramento em uma categoria que precisa ser preservada, conhecida como "Área de Preservação Permanente" pelo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). Segundo Mello (2008), o conceito de APP carregava inicialmente o princípio da intangibilidade, ou seja, a proibição de uso e ocupação humana. Esse princípio, segundo a autora, chocava-se com usos urbanos tradicionais, inclusive com a "atração" que as orlas aquáticas sempre exerceram sobre as pessoas. Dessa forma, a desconsideração das especificidades do meio urbano seria uma das razões para os conflitos das APPs nas cidades, o que gerava, segundo Mello (2008), um paradoxo:

[...] de um lado, as múltiplas funções urbanísticas e o efeito de atração que os corpos d'água exercem sobre as pessoas; de outro, o dispositivo legal que impede a ocupação formal das margens dos corpos d'água no Brasil, visando à preservação das suas funções ambientais (MELLO, 2008, p.26).

O Lago Paranoá, criado à época da construção de Brasília por meio do represamento do Rio Paranoá, conta com uma extensão de 37,5km² e profundidade máxima de até 45m, próximo de sua barragem. O Lago foi pensado para cumprir múltiplas funções, dentre as quais: embelezamento da nova capital, amenização do clima, navegação e lazer à população. Porém como equilibrar tantas funções com a manutenção dos ecossistemas do Distrito Federal? As APPs surgiram com uma proteção jurídica, de forma a assegurar a relação sustentável entre o bem-estar da população e a manutenção de uma paisagem natural sadia.

Vários autores, como Fonseca (2001), Mello (2008), Cidade (2010), Menezes (2010), CLDF (2014), identificaram posicionamentos sobre o uso e ocupação irregular das margens do Lago Paranoá. Os estudos apontam a existência de leis e políticas públicas responsáveis pela preser-

vação e monitoramento da orla do Lago, mas ficam evidentes as suas ineficiências.

O Lago Paranoá vem sofrendo os impactos das atividades urbanas. Entre os principais problemas ambientais está o assoreamento, com a consequente redução do volume d'água armazenada, perda de qualidade da água, diminuição da capacidade de geração de energia além de dificuldades à prática de esportes náuticos, como verificado nos estudos de Menezes (2010), figuras 6, 7.



Fig 6 e Fig 7: mapas da variação da borda limite do espelho d'água do Lago Paranoá no Braço do Riacho Fundo e no Braço do Ribeirão Bananal, no ano de 2009. Fonte: adaptado de Menezes (2010, p.110).

O INÍCIO DA DESOCUPAÇÃO DAS MARGENS DO LAGO PARANOÁ – UMA NOVA ERA PARA A ORLA?

O fácil acesso à cidade deveria ser privilégio de todos, e a ocupação consciente de mais espaços nas proximidades do Plano Piloto, em Brasília, com a proposição de projetos urbanos que não agredam o meio ambiente, deve ser discutida como uma evolução urbana sadia para a cidade. As margens do Lago Paranoá deveriam permanecer intocadas para manter o desenho urbano de Brasília. Lucio Costa confirma esses preceitos, quando fala da importância da arborização, da manutenção da vegetação nativa e das extensas áreas livres que devem ser mantidas contíguas às áreas edificadas:

E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas (COSTA, 1987, p.03).

A escala bucólica, portanto, tem o sentido de valorização paisagística tanto do conjunto urbano quanto das áreas de lazer no campo ou no Lago. No documento Brasília Revisitada, Lucio Costa aponta as características buscadas para a Orla do Lago Paranoá:

O plano piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do lago se pretendeu de livre acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica. (COSTA, 1987, p.04).

Ao longo das décadas, os moradores das margens do Lago Paranoá invadiram e privatizaram área pública, aumentando seus lotes e impedindo o livre acesso à orla do Lago. No ano de 2005, a Ação Civil Pública MPDFT n.º 2005.01.1.090580-7/2005 condenou o Governo do Distrito Federal a elaborar um Plano de Fiscalização e Remoção de construções na APP, um Plano de Recuperação das Áreas Degradadas na APP, um Projeto de Zoneamento e um Plano de Manejo da APA do Lago, além de um Plano Diretor Local para os Lagos Sul e Norte. Em 25 de agosto de 2011, a Ação transitou em julgado.

Do ano de 2005 até 2015 ocorreram várias medidas liminares favoráveis à Associação de Moradores do Lago Paranoá, entidade que representa os interesses dos moradores do Lago Sul e Norte (Alapa), que alegava que a população local não estava sendo ouvida, sendo contrária à desocupação da orla. Essas medidas liminares atrasavam invariavelmente qualquer tentativa de se organizar um cronograma de desocupação, frustrando a iniciativa do MPDFT. Um acordo só foi fechado entre o MPDFT e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal em 2015, prevendo inicialmente a remoção de cercas, muros, grades e outras instalações que estivessem a menos de 30m do lago.

26

No dia 24 de agosto de 2015, com intensa cobertura midiática, os agentes de fiscalização começaram a desocupação da orla. Nesse dia inicial, as ações concentraram-se em quatro lotes da Península dos Ministros, na SHIS QL 12, Conjunto 8. Além da retirada de cercas e muretas, também foram aterradas piscinas e qualquer irregularidade encontradas na faixa de 30m das Áreas de Preservação Permanente, figuras 8 e 9.



Em janeiro de 2016, uma parceria entre a Novacap, o Jardim Botânico de Brasília e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou uma proposta de zoneamento para a Península dos Ministros, com a divisão do espaço em quatro zonas, figura 10. O projeto não foi detalhado, também ressaltamos que este não foi fruto de um concurso público, revelando uma pressa no governo em entregar e implantar os equipamentos de maneira mais rápida possível.



Fig 10: Proposta de zoneamento realizado por técnicos do Governo de Brasília para a Península dos Ministros.
Fonte: <www.correiobraziliense.com.br>, acesso em janeiro de 2016.

A ideia é conciliar o uso das APPs do Lago Paranoá com a população, de uma maneira em que haja um equilíbrio da vegetação, da qualidade da água e do livre acesso da fauna, de forma similar a que se encontra, por exemplo, nos parques lineares. Percebe-se, no entanto, que não se sabe ainda de maneira concreta como se dará essa intervenção, quais parâmetros serão usados e se haverá um concurso público para um projeto de intervenção paisagística. A população de Brasília mostrou-se animada com as novas possibilidades, o início da desocupação da orla foi festejado com um evento popular chamado “Isoporzinho na orla do Povo”, uma espécie de piquenique comunitário realizado no Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul, na Península dos Ministros, figura 11.

Em março de 2016, houve uma nova reviravolta. O desembargador Souza Prudente, da 1ª Região do Tribunal Regional Federal, suspendeu a desocupação na Orla do Lago Paranoá sob argumentação de que falta um plano prévio de prevenção de dano ambiental. O desembargador atendeu ao requerimento de moradores que alegam que o governo não tem um planejamento adequado para a área, originando depósitos de lixo que propiciam a proliferação de mosquitos. Está claro, no entanto, que as obras estão em fase de andamento e que demandarão tempo para serem concluídas. Essas tentativas de desclassificar a ação do governo revelam nada mais que o interesse dos moradores locais em voltar à situação em que tinham o privilégio de privatizar a orla para seu próprio usufruto.



Fig 11: Comemoração do início das ações de desocupação da orla, slogan do evento Isoporzinho: “A festa será de muitos! A orla será de todos”. Fonte: foto do autor, 2015.

UM PARQUE LINEAR AO LONGO DA ORLA DO PARANOÁ COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O processo de desocupação da Orla é uma oportunidade única para se pensar em novos cenários paisagísticos para a cidade. Acredita-se que a criação de um grande espaço livre público que poderia interligar toda a orla, fazendo a conexão de vários parques ecológicos, tratado da maneira de um grande parque linear, tendo como condição básica o livre acesso, a recuperação do solo e da vegetação nativa nas APPs. As batalhas judiciais, no entanto, ainda não acabaram: o governo encontrou dificuldades no processo de derrubada dos muros e cercas, além de muitas críticas por parte dos moradores locais, que insistem em protocolar ações judiciais a todo momento contra as desocupações.

Ter Brasília como uma cidade verdadeiramente debruçada sobre seu lago é um sonho que nunca esteve tão perto de ser alcançado. A capacidade de continuação de programas públicos será fundamental para o sucesso das ações de desocupação da orla e o apoio da sociedade é fundamental nesse processo. O tratamento dado às margens do Lago Paranoá, portanto, poderia ser pensado como um grande parque linear multifuncional, conciliando a acomodação das águas em dias de chuvas, biodiversidade e diversos usos de lazer.

Poder-se-ia, por exemplo, percorrer a baía do Lago Paranoá de Norte a Sul, pela beira d'água, a pé ou de bicicleta, através de longas pistas de cooper e ciclovias.

Para futuras atuações na orla do Lago Paranoá, seria necessária a revisão das condições atuais das margens, baseada em conceitos ecológicos que respeitassem as Áreas de Preservação Permanente e as sensibilidades ambientais do lago. Também seria importante a apresentação, por parte do governo, de projetos urbano-paisagísticos para as áreas de intervenção de maneira formal, com o devido detalhamento, para acabar com as alegações da Justiça Federal de que falta um planejamento adequado.

Por fim, podemos perceber que um setor privilegiado da sociedade se utiliza de todos os artifícios para desclassificar as ações governamentais, escondendo o verdadeiro motivo para tal, que é a manutenção da privatização da orla, e assim a valorização de seus lotes. A partir de agora, deve haver uma maior dedicação para que esses espaços livres sejam finalmente entregues para a população, tanto por parte do governo, quanto por parte dos cidadãos, pressionando a opinião pública em favor do retorno das obras.

BIBLIOGRAFIA

- AHERN, Jack. Greenways as a planning strategy. *Landscape and Urban Planning*. Volume, 33, Issues 1-3, Greenways, October 1995, p.131-155.
- CIDADE, Lúcia. Ideologia, Produção do espaço e apropriação da socionatureza no Lago Paranoá. In: Paviani, Aldo (Org.). *Brasília 50 anos – da Capital a Metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- CLDF. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Estudo sobre questões relativas à ocupação da orla do Lago Paranoá de Brasília. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente (UDA), 2014.
- FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Governo do Distrito Federal, 2001.
- FORMAN, R. T.; GODRON, M. *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986. 619p.
- FORMAN, R. T. *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 1995.
- MACEDO, Silvio. *Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010*. São Paulo: Editora de São Paulo; Campinas; Editora Unicamp, 2012.
- NDUBISI, Forster. *Ecological Planning: A Historical and Comparative Synthesis*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- SMITH, D. S.; HELLMUND, P. L. *Ecology of Greenways*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 1993. 222p.
- MEDEIROS, José Marcelo Martins. *Parques Lineares ao Longo de Corpos Hídricos Urbanos: Conflitos e Possibilidades; O Caso da Orla do Lago Paranoá – DF*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.
- MELLO, Sandra. *Na Beira do Rio tem uma Cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2008.
- MENEZES, Paulo. *Avaliação do efeito das ações antrópicas no processo de escoamento superficial e assoreamento na bacia do Lago Paranoá*. Dissertação (Mestrado em Geociências Aplicadas), IG/UnB, 2010, 110p.
- TAN, Kiat. A greenway network for Singapore. *Landscape and Urban Planning* 76 45–66, 2006.